

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 18/12/2020 09:40:11

Resposta ao pedido de impugnação enviado pela empresa POTTENCIAL: Trata-se de impugnação ao Edital nº 85/2020 do Pregão Eletrônico nº 22/2020 – CGU, referente à aquisição de veículo de representação que tem como finalidade atender a demanda de transporte do Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Após a publicação do instrumento convocatório, a pessoa jurídica denominada POTTENCIAL VEÍCULOS ESPECIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI apresentou impugnação ao edital, arguindo, resumidamente, a necessidade de exclusão dos subitens 1.2.1 e 1.2.2 do Termo de Referência do processo de contratação, por considerá-los ilegais e inconstitucionais, uma vez que, segundo a impugnante, ferem o caráter competitivo da licitação, configura infração à ordem econômica de livre concorrência e não se conforma com o disposto na regra constitucional do artigo 170, sendo as normas da Lei Federal 6.729/1979 (Lei Ferrari) inconstitucionais nesse ponto. Preliminarmente, torna importante frisar que a Lei nº 6.729/1979 permanece em pleno vigor e que não há qualquer decisão terminativa do Supremo Tribunal Federal - STF, órgão guardião da Constituição Federal - CF, no sentido de declarar inconstitucional algum dispositivo da citada lei. Ademais, não parece que há na Lei Ferrari dispositivos cuja substância desafie os princípios constitucionais inaugurados pela Carta de 1988, conforme, inclusive, entendimento em artigo publicado em 1996, pelo doutrinador Miguel Reale, o qual concluiu “[...] penso que a Lei, objeto de nossa análise, se concilia plenamente com as normas constitucionais supervenientes, sem ser afetada em sua vigência ou eficácia [...]” (Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 91, p. 101, 1996). Outrossim, situação bastante semelhante foi objeto de enfrentamento pelo Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão 1630/2017-PL, referente à Instrução contida no Recurso 009.373/2017-9/R001. Nesse aspecto, o tribunal entendeu por unanimidade que: (...) 41. Por fim, procede o argumento apresentado pela entidade, que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricantes, e que situações diferentes dessas implicam, necessariamente, em dizer que o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Nesse sentido, apontam os entendimentos apresentados como exemplos, da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (peça 19, p. 10-11), e o edital de pregão eletrônico 35/2016, do Tribunal Regional Federal da 5ª região - TRF5 (peça 27, p. 7). (...) Dessa maneira, o TCU decidiu que a exigência de se observar a necessidade de entrega do bem de acordo com a previsão contida na Lei Ferrari não configura irregularidade no instrumento convocatório, pois o requisito preserva a característica de “veículo novo”, uma vez que o primeiro registro do bem se dará diretamente ao adquirente. Além disso, tal entendimento aponta que não há que se falar em ferir a livre concorrência ou a competitividade da licitação, pois quaisquer empresas e/ou montadoras que atendam aos requisitos estabelecidos no certame poderão participar do Pregão Eletrônico, que, diga-se de passagem, existem bastante no país. Por fim, diante dos fatos e fundamentos ora apresentados, sugerimos conhecer da impugnação apresentada, por estar na forma da Lei, e quanto ao mérito, julgá-la IMPROCEDENTE, mantendo-se incólume os termos do Edital em voga.

Fechar